

# Empresários encaminham estudo ao governo federal

por Fernando Paulino Neto  
do Rio

Cerca de quarenta especialistas em educação discutiram ontem, na Fundação Cesgranrio, o documento Educação Fundamental e Competitividade Industrial, uma proposta de um grupo de empresários encaminhada pelo Instituto Herbert Levy, com apoio da Fundação Bradesco, à Secretaria Nacional de Educação Básica do governo federal. Hoje serão apresentadas as conclusões finais e o documento modificado será novamente encaminhado ao MEC. Segundo o secretário de Educação Básica, Paulo Elpidio de Menezes Neto, servirá como subsídio para o trabalho da secretaria.

O documento, elaborado por educadores, empresários e autoridades da área de educação, tem duas vertentes principais. Uma discute o financiamento da educação básica; outra os controles de qualidade do ensino público no País. Na parte dedicada ao financiamento, o documento diz que apenas cumprindo-se a Constituição brasileira haveria um mínimo de US\$ 7 a US\$ 8 bilhões de dólares/ano para o ensino fundamental, ou US\$ 300 per capita. As escolas estão recebendo, em média, US\$ 100 a US\$ 120 por ano.

Junta-se a isso o fato de que são precários os métodos de controle desse re-

curso. As regras são ambíguas e dão margem à arbitrariedade e ao clientelismo político. Esse ponto do documento é considerado pela coordenadora do fórum permanente da FGV, Aspásia Camargo, um dos mais importantes. Para ela, a questão do patrimonialismo, ou clientelismo, brasileiro deve ser atacada. "Temos que ter clareza na definição das responsabilidades. Tem que se dar a importância estratégica da escola como personagem central da educação", diz ela.

O documento propõe que o governo federal implemente um sistema nacional de controle de qualidade dos resultados escolares. Para isso, será necessário comparar o desempenho de escolas de todo o País, averiguar se as escolas atingem seus objetivos acadêmicos e ter medidas de correção e incentivo à melhoria da qualidade em escolas deficientes.

Para Aspásia Camargo, não se pode esquecer a importância política do documento. "É um consenso que a educação é a mola mestra de tudo o que queremos construir", diz ela.

Há quem acredite, no entanto, que simplesmente garantindo a escolaridade até a oitava série não se garante a competitividade industrial. Edson Nunes, da Universidade Cândido Mendes, diz que esse estudo é apenas o "primeiro passo".